

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 17 No 2
Fevereiro 2015



2015 Integração Regional Rumo a um Futuro Comum

por Kizito Sikuka

O ANO 2015 promete ser estimulante para a África Austral, com importantes processos regionais a serem concluídos e as metas para os marcos regionais e globais progredindo durante os próximos 12 meses.

A região deverá definir a sua estratégia de industrialização, quando os líderes dos 15 Estados-Membros convergirem no Zimbabwe este ano para uma cimeira extraordinária que irá moldar a agenda global de integração para a região.

A cimeira, que está provisoriamente marcada para Abril / Maio, vi discutir formas para a região melhorar a sua capacidade industrial, pois pretende deixar de ser centrada numa economia de consumo e de exportação de bens, adoptando uma postura virada para o desenvolvimento sustentável com base no aproveitamento das mais-valias.

Na Cimeira realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto de 2014, os Chefes de Estado e de Governo da SADC mandataram o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional para, até Março de 2015, desenvolver uma estratégia e roteiro para a industrialização da região.

Os líderes determinaram que o Grupo de Trabalho Ministerial engloba os Ministros responsáveis pelo Comércio e Indústria, Finanças, Planeamento Económico e Desenvolvimento de Infra-estrutura, deverá ser apoiado por uma equipa técnica de industrialização.

A Cimeira também considerou o projecto de Revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020 e endossou a decisão do Conselho de que Comité de Ministros do Comércio, assistido pelo Secretariado, deve rever a Prioridade A no RISDP revisto, particularmente o alinhamento dos resultados sobre o desenvolvimento industrial e a liberalização do comércio de modo a garantir que industrialização seja prioritária.

A Cimeira anotou que a implementação do pilar sobre o desenvolvimento industrial e integração do mercado foi afectada pelas questões comerciais, havendo pouco progresso na componente de industrialização.

O Secretariado contratou uma equipa de especialistas/organizações proeminentes para apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de uma estratégia e um roteiro prático, eficaz e exequível para a industrialização da região.



POLÍTICA	3
LIDERANÇA	4-5
PAZ E SEGURANÇA	6
ENERGIA	7
UNIÃO AFRICANA	8-9
RISCO DE DESASTRES	10-11
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	12
COMÉRCIO	13
BREVES NEGÓCIOS	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



2015 Integração Regional Rumo a um Futuro Comum



A importância da industrialização foi reconhecida pelos líderes da SADC já em 2003, quando adoptaram o RISDP, que, entre outros, defenderam a diversificação da estrutura industrial e as exportações, com mais ênfase nas mais-valias em todos os sectores até 2015.

O Protocolo da SADC sobre o Comércio reconhece ainda a importância da industrialização no contexto da implementação da Área de Comércio Livre da SADC (ACL).

O artigo 4 (2) do Protocolo da SADC sobre o Comércio afirma que a eliminação dos direitos de importação no âmbito da ACL da SADC "deve ser acompanhada de uma estratégia de industrialização para melhorar a competitividade dos Estados-Membros".

Dada a importância atribuída a industrialização, uma série de iniciativas estão em curso.

A iniciativa mais abrangente relaciona-se com o Programa de Modernização Industrial (IUMP), adoptado pelo Comité de Ministros do Comércio em 2009, que visa implementar a componente sobre a industrialização no RISDP.

O IUMP procura fortalecer a competitividade da capacidade industrial existente e promover o desenvolvimento de cadeias de valores regionais em sectores seleccionados em toda a região. No que diz respeito à igualdade do género, 2015 é considerado o ponto de viragem para a SADC porque este ano marca o prazo para o cumprimento do objectivo da igualdade de representação de mulheres e homens nos principais cargos de tomada de decisão.

Apesar dos progressos significativos feitos para a consecução da meta de 50:50 na representação do género nos cargos de tomada de decisão,

muito ainda está por ser feito para garantir que isso seja alcançado até o final de 2015.

De acordo com o Monitor do Género da SADC produzido em 2013 pelo Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral para a Unidade de Género da SADC, apenas cinco Estados Membros da SADC estavam perto da meta de paridade no parlamento nos meados de 2013, tendo ido acima de 30 por cento, anterior meta estabelecida pelos líderes regionais.

Trata-se das Seychelles (43,8 por cento), África do Sul (42,3 por cento), Moçambique (39,2 por cento), Tanzânia (36 por cento) e Angola (34,1 por cento). O Zimbabwe (31,5 por cento) juntou-se a esta lista após as eleições realizadas a 31 de Julho de 2013, enquanto vários outros países da SADC estão ainda abaixo da marca de 20 por cento.

A União Africana declarou 2015 como o ano do "Empoderamento das Mulheres e Desenvolvimento Rumo a Agenda de África 2063", para incentivar os países a acelerar a implementação de protocolos e instrumentos destinados a promover a igualdade e paridade do género.

No cenário político, três países - Zâmbia, Lesotho e República Unida da Tanzânia - vão às urnas durante o ano para eleger uma nova liderança.

A Zâmbia realizou eleições nos dias 20 e 21 de Janeiro de escolher um novo líder após a morte do presidente Michael Sata, em Outubro de 2014.

O ex-ministro da Justiça e da Defesa, Edgar Lungu, foi eleito presidente. Ele se torna sexto presidente da Zâmbia desde a independência a 24 de Outubro de 1964.

Lungu estará no cargo até as próximas eleições gerais previstas para 2016.

O Lesotho vai realizar as suas eleições a 28 de Fevereiro

SADC assume a liderança da UA



A SADC assumiu a liderança da União Africana após a eleição de seu candidato, o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe como presidente da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA. Mugabe, que é o actual Presidente da SADC, vai liderar a UA até o próximo ano, e substitui do cargo o Presidente Mauritano, Mohamed Ould Abdel Aziz. Ele terá como primeiro vice-presidente Joseph Kabila, Presidente da República Democrática do Congo; Mahamadou Issoufou, do Níger, e Uhuru Kenyatta, do Quênia, como segundo e terceiro vice-presidentes, respectivamente. □

para eleger um novo governo. Isto surge após um acordo mediado pela SADC para antecipar as eleições de 2017 de forma a assegurar que a estabilidade retorne ao Reino na sequência de uma alegada tentativa de golpe em Agosto de 2014.

O Facilitador da SADC, o vice-presidente Sul-Africano Cyril Ramaphosa, liderou o esforço regional para criar paz e estabilidade no Lesotho após distúrbios no país no ano passado.

Tanzânia ainda está por marcar a data das suas eleições presidenciais e parlamentares. O país sempre realizou eleições no último trimestre do ano.

De acordo com a Constituição da Tanzânia, Jakaya Kikwete, Presidente em exercício, não vai participar nas eleições por ter cumprido o seu segundo e último mandato.

A Tanzânia também vai realizar um referendo sobre uma nova Constituição a 30 de Abril. Caso seja aprovada, a nova Constituição vai substituir a que vigora desde 1977.

A SADC também confrontou-se durante o ano com a situação de segurança no leste da República Democrática do Congo, onde as actividades dos rebeldes continuam apesar de um acordo de paz.

O desenvolvimento de infra-estruturas de energia continuará a ser uma das principais áreas de intervenção em 2015, já que uma rede de transporte eficiente e eficaz em termos de custos e fontes de energia estáveis é fundamental para uma economia próspera, tanto a nível nacional e regional.

Com relação ao desenvolvimento de energia, a África Austral espera fazer progressos no sentido de aumentar o uso de energia limpa e alternativa, através da criação do Centro Regional da SADC para as Energias Renováveis e Eficiência Energética.

Um total de cinco países - Botswana, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe - manifestaram interesse em sediar o centro que iria liderar a promoção do desenvolvimento das energias renováveis na região.

O outro marco importante para a SADC e do resto da comunidade global será atingir os objectivos estabelecidos nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

A comunidade global concordou em desenvolver os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para garantir que a dinâmica alcançada na execução dos ODM seja mantida. □

Grupo de Trabalho analisa RISDP revisto

A SADC vai acolher este mês a 4ª reunião do Grupo de Trabalho Multilateral de revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.

A reunião, que vai decorrer de 22 a 23 de Fevereiro em Harare, Zimbabwe, vai validar o conteúdo da versão actualizada do RISDP 2015-2020 e do Projecto Quadro para a sua Implementação.

A última reunião do grupo de trabalho decorreu em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto de 2014, na qual o projecto do RISDP revisto foi apresentado ao Conselho de Ministros para aprovação.

No entanto, o Conselho de Ministros não aprovou a proposta do RISDP revisto e instruiu ao secretariado para finalizar o documento colocando em destaque a industrialização e sua estratégia de implementação para análise em Março de 2015.

A proposta do RISDP revisto 2015-2020, foi actualizada e um Quadro de Implementação foi desenvolvido.

Ambos os documentos estão sujeitos a novas consultas com o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional para garantir que a industrialização esteja no centro das atenções nesta fase de integração na região da SADC.

O RISDP revisto identifica quatro grandes prioridades a serem implementadas pela região de 2015 a 2020.

A prioridade A procura, entre outras coisas, promover o desenvolvimento industrial e integração do mercado através do reforço da competitividade e da oferta de capacidade do lado produtivo dos Estados-Membros, bem como melhorar a circulação de mercadorias e facilitar a integração do mercado

financeiro e cooperação monetária.

A prioridade B centra-se na melhoria da infra-estrutura de apoio para a integração regional.

A prioridade D diz respeito a promoção de programas especiais de dimensão regional sem sectores como educação e desenvolvimento de recursos humanos; saúde, HIV/SIDA e outras doenças transmissíveis; segurança alimentar e recursos naturais transfronteiriços; ambiente; estatística; igualdade do género; e ciência, tecnologia e inovação e pesquisa e desenvolvimento.

As três prioridades acima serão potenciadas pela Prioridade C na promoção da paz e da cooperação de segurança como um pré-requisito para a realização da agenda de integração regional.

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos, aprovado pelos líderes da SADC, em 2003, como um projecto de integração e desenvolvimento regional.

O plano em avaliação desde 2010 como parte dos esforços para realinhar agenda de desenvolvimento da região, de acordo com as novas realidades

e dinâmicas globais emergentes.

A primeira revisão foi feita pelo Secretariado da SADC em 2010, seguida de uma avaliação independente intercalar, em 2013, e uma outra avaliação feita por um grupo de trabalho de múltiplas partes interessadas, conforme decidido pela Cimeira da SADC realizada em 2013 em Lilongwe, Malawi.

Uma vez aprovado, o RISDP vai dar um impulso para uma integração mais profunda entre os Estados Membros da SADC. □

SADC Desenvolve directrizes para a indústria extractiva

A ÁFRICA Austral está em processo de desenvolvimento de directrizes para a indústria extractiva com o objectivo de ajudar a região a aproveitar e explorar plenamente os seus recursos naturais, tais como minerais em reservas ou em áreas protegidas.

Isto ocorre pelo facto da SADC continuar a ser uma das mais pobres regiões do mundo, apesar dos abundantes recursos naturais da região.

Por exemplo, a África Austral alberga uma variedade de recursos naturais, incluindo minerais, como diamantes, ouro e platina.

Além disso, cerca de metade de vanádio do mundo, platina, e diamantes são originários da região, juntamente com cerca de 36 por cento de ouro e 20 por cento de cobalto.

A este respeito, o Secretariado da SADC, com o apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e Programa

de Gestão da Biodiversidade e Áreas protegido, está em processo de contratação de peritos para desenvolver o conteúdo para a indústria extractiva Regional e directrizes de biodiversidade.

A directriz regional será baseada numa proposta e contribuições de um seminário sobre a indústria extractiva organizado em Setembro de 2014 pela SADC.

O seminário, que reuniu o governo, sector privado e representantes da sociedade civil da indústria extractiva e sector da biodiversidade, discutiu, entre outras coisas, a forma como esses dois sectores podem trabalhar em conjunto para reduzir os impactos da exploração mineral e de hidrocarbonetos na biodiversidade e ecossistemas associados na região da SADC.

Um projecto de enquadramento das directrizes regionais foi desenvolvido para orientar os governos e o sector privado a considerar e

integrar de forma proactiva a biodiversidade na mitigação da degradação dos serviços dos principais ecossistemas e áreas de biodiversidade.

O desenvolvimento das directrizes irá incluir uma revisão dos guiões internacionais, regionais e locais relevantes no contexto das indústrias extractivas e da biodiversidade, com a visão de identificar os principais conteúdos e referências para a orientação regional da SADC dentro do contorno existente. Alguns dos documentos específicos para avaliação incluem:

- Plano de Acção da SADC sobre a Biodiversidade;
- Estratégia de Biodiversidade da SADC;
- Orientações da SADC para o fortalecimento das Organizações das Bacias Hidrográficas;
- Relatório do Seminário EI;
- África Austral: Mineração e Biodiversidade orientação; e
- Outras boas práticas internacionais. □





Filipe Nyusi investido como Presidente de Moçambique

“O Povo Moçambicano é o meu único patrão”

O **RECÉM-ELEITO** presidente moçambicano, Filipe Nyusi, foi investido no cargo a 15 de Janeiro, durante uma cerimónia testemunhada por vários outros líderes da SADC.

Ele prometeu continuar com o trabalho dos seus antecessores no desenvolvimento do país.

“O meu compromisso é de servir o povo moçambicano como meu único e exclusivo patrão. O meu compromisso é o de respeitar e fazer respeitar a Constituição e as Leis de Moçambique. E eu estou pronto! E estou confiante que, juntos, iremos construir o bem-estar do nosso povo e um futuro risonho para as nossas crianças”, disse Nyusi na cerimónia de investidura realizada na Praça da Independência, em Maputo.

Ele disse que o novo governo “vai ser prático e pragmático” e será “orientado por objectivos de redução de custos e no combate ao despesismo”.

Ele prometeu combater o crime e a corrupção, acrescentando que irá consolidar as “conquistas fundamentais” do povo moçambicano, ou seja, a independência, a unidade nacional e a paz. “Tudo farei para que, em Moçambique, jamais, irmãos se voltem contra irmãos seja a que pretexto for”, disse ele. Nyusi disse que Moçambique será “um parceiro estratégico na afirmação de uma classe empresarial moçambicana mais ampla e robusta.”

A cerimónia de investidura contou com a presença de vários líderes regionais, incluindo o Rei Letsie III, do Lesoto, o Presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, o Presidente Jacob Zuma, da África do Sul, e o Presidente Jakaya Kikwete, da

República Unida da Tanzânia, bem como o Vice-Presidente Phelekazela Mphoko, em representação do Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, que é o actual Presidente da SADC.

A cerimónia foi também testemunhada pelo Presidente Português, Aníbal Cavaco Silva. Nyusi sucede no cargo ao Presidente Armando Guebuza, depois de vencer as eleições presidenciais em Outubro passado com uma maioria de mais de dois terços contra o principal líder da oposição, Afonso Dhlakama, da Renamo, e Daviz Simango, do Movimento Democrático de Moçambique.

Ele é o quarto presidente de Moçambique desde que o país conquistou a independência de

Portugal, em 1975, e primeiro presidente originário do norte deste vasto país que se estende numa costa de 2.470 quilómetros no sudeste da África entre a Tanzânia e África do Sul. Apesar do Presidente Armando Guebuza, ser do norte, cresceu no sul.

Nyusi, ex-Ministro da Defesa, nasceu em Mueda, na província setentrional de Cabo Delgado, que faz fronteira com o sul da Tanzânia.

Cabo Delgado foi o berço e a sede da guerra de libertação em Moçambique (1964-1975), apoiada pela Tanzânia.

Ambos os países identificaram recentemente reservas significativas de gás natural no mar, na zona fronteiriça, e muitos minerais estratégicos estão localizados na área.

Nyusi, 56 anos, foi educado no movimento de libertação nacional que ganhou a independência do domínio colonial.

Ambos os pais de Nyusi eram veteranos da guerra, que estava apenas começando na altura em que ele foi levado através do rio Ruvuma, nas proximidades da fronteira com a Tanzânia, para a escola primária da Frelimo em Tunduru, do outro lado da fronteira.

Nyusi é da etnia Makonde, e foi da União Nacional Africana Makonde (mais tarde União Nacional Africana de Moçambique) um dos primeiros movimentos formados para exigir a independência, e um dos três partidos que se uniram para formar Frelimo em 1962. □



Lesotho pronto para as Eleições

A **COMISSÃO** Eleitoral Independente do Lesotho anunciou que o País está pronto para realizar eleições credíveis em Fevereiro.

Comissário Makase Nyapisi disse que apesar das preocupações sobre o estado do registo dos eleitores e do limitado orçamento, a comissão eleitoral está “determinada a realizar uma eleição credível.”

“O Basotho deve saber que estamos mais do que prontos para realizar eleições credíveis”, disse Nyapisi, numa entrevista com o Jornal Sunday Express.

O Lesotho vai às urnas a 28 de Fevereiro para escolher os novos membros do Parlamento após os intervenientes políticos do País terem concordado realizar eleições antecipadas

antes da data original de 2017, numa tentativa de acabar com a instabilidade que afecta o País desde Agosto do ano passado.

Há 21 partidos políticos e 15 candidatos independentes que apresentaram as suas candidaturas a Comissão Eleitoral Independente para participar nas eleições.

Estes incluem a Convenção de Todo o Basotho, liderado pelo Primeiro-Ministro, Thomas Thabane, o principal partido da oposição, Congresso Democrático, liderado pelo ex-primeiro-ministro, Pakalitha Mosisili, o Congresso para a Democracia do Lesotho, liderado pelo vice-primeiro-ministro, Mothetjoa Metsing, e o Partido Nacional Basotho, liderado por Morena Maseribane.



Thabane, Metsing e Maseribane fizeram uniram-se num governo de coligação instável desde as últimas eleições realizadas em 2012.

O Vice-Presidente Sul-Africano, Cyril Ramaphosa, está liderando os esforços de mediação do reino na sequência de uma crise política, alegadamente que eclodiu quando Thabane, enfrentando um voto de não confiança, suspendeu o Parlamento em Junho de 2014. □



Prioridade para estabilização da economia

Edgar Lungu vence eleição presidencial na Zâmbia

O RECÉM-ELEITO Presidente da Zâmbia, Edgar Lungu, disse que uma de suas principais prioridades é combater o desemprego.

"A nossa principal tarefa nos próximos meses será estabilizar a nossa economia e trabalhar no sentido de concluir o que começamos", disse Lungu, na cerimónia da sua investidura testemunhada por vários líderes, incluindo o Presidente da SADC, Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe.

"Queremos empregar mais pessoas, reduzir ainda mais os preços dos combustíveis, garantir que os agricultores sejam apoiados com o que eles precisam para que tenham colheita abundante nesta época; permitir que as universidades ofereçam alto padrão de educação; garantir que os hospitais em construção sejam concluídos, assegurar programas completos de desenvolvimento estrutural, adoptar estratégias sobre a redução das nossas dívidas, criar mais postos de

trabalho e serviços para as pessoas, gerir os nossos recursos de forma mais responsável e capacitar as pessoas mais jovens a participar na nossa economia".

Lungu é o sexto Presidente da Zâmbia desde a independência do domínio colonial a 24 de Outubro de 1964. Ele fez um convite aos seus adversários para deixarem de lado as suas diferenças políticas e participar activamente do processo de construção da nação depois de uma árdua campanha eleitoral.

"Eu aprendi um monte de coisas durante esta campanha e eu vou procurar trabalhar com alguns dos meus colegas progressistas da oposição", disse ele, acrescentando que o mesmo irá acontecer com os membros insatisfeitos do Partido governamental Frente Patriótica (PF).

Na sequência da morte do Presidente Michael Sata, em Outubro de 2014, os membros PF discordaram sobre quem deve ser o candidato preferido do partido para as eleições presidenciais.

"Eu estou estendendo uma mão de paz a todos os membros do partido PF que não se juntaram a nós nesta visão", disse ele. No entanto, ele disse que aqueles que quiserem deixar o partido podem fazê-lo "e deixar os que querem trabalhar."

No que respeita à nova Constituição, ele disse que estará pronta a tempo para as próximas eleições gerais. "O meu governo vai trabalhar na constituição antes das próximas eleições gerais, em 2016", disse ele.

Lungu ganhou a eleição presidencial depois de obter 807.925 votos contra 780.168 do seu rival mais próximo, Hakainde Hichilema, do principal partido da oposição, Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional.

Edith Nawakwi do Fórum para a Democracia e Desenvolvimento ficou em terceiro lugar com 15.321 votos, seguido de Nevers Mumba, do Movimento para a Democracia Multipartidária, com 14.609 votos.

Tilyenji Kaunda, do Partido Unido da Independência Nacional e filho do primeiro presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, obteve 9.737 votos, Eric Chanda, do Quarto Partido Revolucionário (8054 votos), o candidato, do Partido Nacional da Restauração, Elias Chipimo (6,002votos), e Godfrey Miyanda, do Partido Património (5757 votos).

O líder do Partido Democrata Cristão, Dan Pule, recebeu 3.293 votos, seguido por Ludwig Sondashi (2.073 votos) e Peter Sinkamba, do Partido Verde (1.410 votos).

Pelo menos 5.166.088 pessoas foram registadas para votar na eleição presidencial, de acordo com a ECZ. No entanto, o total de votos expressos foi de 1.671.662, o que representa uma afluência às urnas de 32,36 por cento. □



SADC elogia eleições zambianas

A SADC elogiou as recentes eleições presidenciais realizadas na Zâmbia, dizendo que decorreram em conformidade com as directrizes regionais e internacionais que regem a conduta das eleições democráticas.

O Chefe da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), Maite Nkoana-Mashabane, disse que, apesar de alguns incidentes isolados, houve adesão geral aos instrumentos jurídicos nacionais relevantes, bem como os Princípios e Directrizes Reguladoras de Eleições Democráticas da SADC.

"Com base nas suas observações, a Missão de

Observação Eleitoral da SADC conclui que a eleição presidencial de 2015 na Zâmbia foi pacífica, transparente, credível, livre e justa, o que reflecte a vontade do povo da Zâmbia, em conformidade com as leis nacionais e os Princípios da SADC e orientações que regem as eleições democráticas", disse Nkoana-Mashabane, que é Ministro Sul-Africano das Relações Internacionais e Cooperação.

A SEOM, que implantou 67 observadores, apelou a todos os candidatos, partidos políticos e outras partes interessadas a respeitar a vontade do povo e defender as leis da Zâmbia, ao aceitar o resultado da eleição,

acrescentando que todos os desafios para os resultados da eleição devem ser feitos de acordo com as leis do País.

"A Zâmbia é conhecida por ser um país pacífico e apelamos a todos os partidos políticos a se comportar de uma maneira que promova a paz, segurança e estabilidade do país e dos seus cidadãos."

Outras missões de observadores, incluindo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e da União Africana, também saudaram a realização das eleições. □



SADC prepara-se para AMANI II

A **ÁFRICA** Austral vai acolher este ano um exercício militar continental, um importante passo para a operacionalização da Força Africana de Prontidão.

O AMANI AFRICA II vai decorrer em Abril, num país

da SADC ainda por indicar. O Lesotho estava pronto para acolher o evento antes do adiamento o ano passado.

O nome do exercício significa "paz em África", em

Kiswahili, uma língua falada em vários países africanos.

Este exercício é organizado pela Comissão da União Africana (UA) para avaliar a sua capacidade de resposta e rápida mobilização da Força Africana de Prontidão (ASF) para uma intervenção multidimensional numa operação de apoio à paz.

A UA pretende lançar a ASF em 2015. Quando estiver em funcionamento, a ASF vai se reger por acordos de prontidão dentro de cinco sub-regiões da África e comportará recursos multidimensionais, incluindo militares, policiais e civis, em prontidão nos seus países de origem e prontos para uma rápida utilização.

O AMANI AFRICA II é fundamental para avaliar a prontidão da ASF em responder rapidamente a conflitos sem serem objecto de quaisquer encargos políticos e instrumentais.

A sessão de formação para AMANI AFRICA II decorreu em Harare, Zimbabwe, em Novembro de 2014 e o Comandante do Centro Regional de Formação da Força de Paz SADC (RPTC), Christopher Chellah, disse que SADC estava pronta para acolher o evento.

"Estamos muito felizes por termos sido atribuídos a grande honra de acolher este exercício, em nome do nosso continente, e também para acolher dois cursos pré-exercício no nosso centro regional", disse ele.

"Isso para nós vai mostrar a imensa confiança que a UA tem para com a nossa região. Para isso, estamos sinceramente gratos e comprometemo-nos a fazer o nosso melhor para garantir que ambos os cursos por nós acolhidos bem como o exercício final sejam um grande sucesso."

O primeiro exercício continental deste tipo foi realizado em Adis Abeba, Etiópia, em Outubro de 2010, com o objectivo de avaliar a operacionalidade da ASF.

O exercício, AMANI AFRICA I, destacou um ciclo de formação e capacitação de dois anos para avaliar a eficácia da Comissão da UA, através da sua Divisão de Apoio a Operações de Paz, no uso da ASF numa operação de apoio à paz sob os auspícios da UA.

O ciclo AMANI AFRICA é um esforço colaborativo entre a UA e da União Europeia, como parte da implementação de uma parceria estratégica em curso entre as duas organizações. □



SADC continua a monitorar a situação no Leste da RDC

A SADC vai continuar a acompanhar a situação no leste da República Democrática do Congo, para garantir que a paz e a estabilidade global retornem ao País.

O Leste da RDC ainda enfrenta instabilidade pois alguns grupos rebeldes, nomeadamente as Forças de Libertação Democrática do Ruanda (FDLR), ainda estão por ser desarmados, apesar de um acordo alcançado no ano passado para o seu desarmamento total.

Mais de 3.000 membros das FDLR estão na RDC, e apenas 300, principalmente velhos e combatentes não essenciais, se renderam até Dezembro 2014. O prazo de 02 de Janeiro 2015, definido pela SADC e pela Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR) para um desarmamento total, já foi ultrapassado.

O Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, que é Presidente da Troika do Órgão de Política,

Defesa e Segurança da SADC, disse que a região pode agora ser forçada a tomar uma acção militar para resolver a situação.

"O Governo Sul-Africano tomou nota da Declaração do Conselho de Segurança das Nações Unidas (S / PRST / 2015/1) de 08 de Janeiro de 2015, relativa ao desarmamento das FDLR", disse ele em um comunicado.

A África do Sul reitera que as FDLR não cumpriram com o prazo de 2 de Janeiro de 2015 fixado pelos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos para que as FDLR se desarmassem voluntariamente ou então enfrentar uma acção militar, e, portanto submetidos a uma opção militar inevitável".

A ICGLR é uma organização inter-governamental dos países da

região dos Grandes Lagos a Africanos, composto por 12 Estados membros. Quatro desses países -ANGOLA, RDC, República Unida da Tanzânia e Zâmbia - também fazem parte da SADC

Presidente Zuma disse que a África do Sul vai continuar, individualmente e como parte do continente e da comunidade internacional, a trabalhar para uma paz duradoura na RDC e na região dos Grandes Lagos.

Os vizinhos Ruanda e Uganda estão supostamente lutando ao lado dos rebeldes no leste da RDC, como observado anteriormente pela SADC, e há uma crescente pressão internacional para os países vizinhos a recuarem.

A SADC considera que a paz é um pré-requisito para o desenvolvimento, não pode haver paz sem desenvolvimento. Como resultado, a região está activamente empenhada em restaurar a situação na RDC. □

SADC necessita de um sistema integrado de energia

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral está envolvida numa série de projectos para garantir que todos os países estejam ligados à rede regional de energia para que os Estados-Membros possam partilhar excedente de electricidade.

Empresas de energia na SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia, estão totalmente integradas à rede eléctrica através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica na África Austral, em nome de empresas dos Estados Membros.

A não participação de Angola, Malawi e Tanzânia na rede regional de energia significa que qualquer nova capacidade de produção instalada em qualquer um dos três países não é usada pelos outros nove membros do SAPP, ou seja, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe.

Do mesmo modo, o excedente de energia nos nove países interligados não pode ser exportados para os três Estados-Membros não integrados do grupo.

Esta situação cria desafios para a maioria dos países, particularmente quando eles fecharam algumas de suas centrais de produção de energia para a reabilitação e sem poder importar energia dos países vizinhos para atender a sua própria necessidade local.

Como resultado, as empresas de electricidade são obrigadas a cortar a corrente, afectando actividades sócio-económicas, pois o acesso à fonte de alimentação adequada é um factor importante para o desenvolvimento.

O Gestor do Centro de Coordenação do SAPP, Dr.

Lawrence Musaba, disse numa entrevista que documenta as Histórias de Sucesso da SADC que estão em curso planos para ligar os três países a rede de energia regional para permitir que todos os Estados Membros da SADC possam beneficiar de qualquer nova capacidade de produção instalada nestes países.

"No caso de Angola, estamos olhando para a interligação Angola-Namíbia, que é uma interligação que visa especificamente interligar Angola à rede do SAPP", disse ele, acrescentando que a outra opção é a construção da interligação Angola-RDC.

A interligação Angola-Namíbia envolve a construção de linhas de transmissão de energia da proposta central hidroeléctrica de Baynes no baixo Kunene, Namíbia, para ligar à rede eléctrica nacional de Angola.

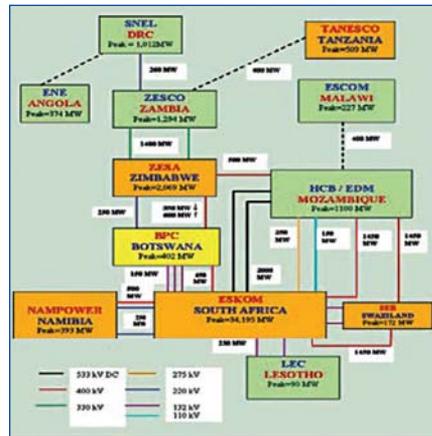
A interligação Angola-RDC faz parte da interligação Inga-Cabinda-Pointe Noire, ligando o sistema de energia da RDC para Angola. O projecto envolve a construção de um troço em Angola desde a fronteira da RDC a Cabinda.

Com relação ao Malawi, o SAPP está considerando duas opções - uma linha de transmissão que liga Malawi a Zâmbia ou uma linha que liga Moçambique ao Malawi.

A construção da interligação Malawi-Zâmbia vai envolver a construção de uma linha de transmissão de Pensulo, na Zâmbia, para Lilongwe, no Malawi.

A interligação Moçambique-Malawi implicará a construção de uma linha de alimentação da subestação de Matambo, em Moçambique, para Phombeya, no norte da capital comercial do Malawi, Blantyre.

Musaba disse que a única opção viável para a Tanzânia é



Tanzânia assinaram um acordo em Dezembro 2014 ao abrigo do qual se comprometeram a iniciar o seu projecto de interligação em Dezembro de 2015 e garantir que ele seja concluído até Dezembro 2018.

Musaba disse que os vários países haviam demonstrado compromisso de garantir que todos os projectos planeados serão bem sucedidos, acrescentando que "esperamos esperando que todo mundo continue empenhado e esteja a trabalhar coordenado."

Depois de concluídas, as novas interligações poderão para promover o comércio regional de electricidade, aumentar a segurança do fornecimento de electricidade, bem como fomentar o comércio regional.

Além disso, as interligações vão descongestionar os corredores de transmissão existentes e fornecer um outro caminho que irá integrar plenamente todos os países da SADC à rede de energia regional. □

uma nova linha de transmissão conhecida por Zâmbia-Quênia-Tanzânia.

A linha proposta ligará a Tanzânia à rede do SAPP, e também pode ligar o Grupo de Empresas de Electricidade da África Oriental (EAPP) a SAPP, permitindo que os países da África Oriental possam partilhar excedente electricidade com os da África Austral.

De acordo com o SAPP, a construção das interligações está prevista para começar em breve. Na verdade, a Zâmbia, Quênia e

SAPP recebe financiamento do Banco Mundial

O **GRUPO** de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) dispõe de 20 milhões norte-americanos ao abrigo do Programa de Projectos Acelerados de Produção de Energia em África.

O programa, apoiado pelo Banco Mundial, pretende identificar prioridades e investimentos na produção e transmissão que permitam um abastecimento adequado de energia eléctrica na região de modo a promover a integração e o comércio de energia eficiente e sustentável na região.

O SAPP pretende aplicar parte dos recursos para a preparação de um novo plano

regional de produção e expansão da transmissão que abrange o período até 2040.

O Grupo de Energia está actualmente no mercado à procura de um consultor para preparar um quadro de gestão ambiental e social para o programa.

O Banco Mundial disse que os fundos, que foram aprovadas em Novembro do ano passado, vão apoiar a preparação de estudos técnicos, económicos e financeiros de viabilidade, avaliações ambientais, documentação legal e trabalho de assessoria de transacções financeiras, mas não irá financiar qualquer infraestrutura ou actividades físicas. □



Rumo a unidade, estabilidade e prosperidade African

Ano da "Autonomia e Desenvolvimento da Mulher rumo a Agenda

A 24ª SESSÃO Ordinária da Assembleia da Cimeira da União Africana realizada nos dias 30 e 31 de Janeiro, em Addis Abeba, Etiópia, terminou com as considerações finais do recém-eleito Presidente da UA, Sua Excelência Robert Mugabe, que é o Presidente da República do Zimbabwe e actual Presidente da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). O Presidente da UA expressou satisfação pela adopção do quadro da UA para a Agenda 2063, sublinhando que "temos nos empenhamos novamente nos ideais dos nossos pais fundadores do Pan-africanismo sobre o tipo de África que queremos". Apelou aos

Estados-Membros da UA para implementarem todas as decisões tomadas durante a cimeira pois "essa é a única maneira para os Estados africanos explorarem os seus recursos para o benefício do seu povo", e, em conformidade com as decisões tomadas, instou os Estados-Membros a contribuírem plenamente na procura de fontes alternativas de financiamento para as actividades da UA. "Durante o meu mandato como Presidente, vou explorar deliberadamente o vosso pensamento para se prestar uma atenção especial às questões de infra-estrutura, aproveitamento das mais-valias, agricultura e Mudanças climáticas no contexto do desenvolvimento da África." A Cimeira adoptou uma série de decisões que visam o aprofundamento da integração continental e promoção do desenvolvimento socioeconómico. □

União Africana

AGENDA 2063

NOSSAS ASPIRAÇÕES QUE QUEREMOS PARA ÁFRICA

1. Uma África próspera com base no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável;
2. Um continente integrado, politicamente unido e com base nos ideais do Pan-africanismo e na visão do renascimento da África;
3. Uma África de boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e Estado de direito;
4. Uma África pacífica e segura;
5. Uma África com uma forte identidade cultural, património comum, valores e ética;
6. Uma África onde o desenvolvimento é dirigido a pessoa, desencadeando o potencial das suas mulheres e jovens;
7. África como um actor global forte, unido, influente e parceiro.

UA precisa de auto-suficiência e fontes alternativas de financiamento

A UNIÃO Africana concordou em aplicar as medidas necessárias para garantir a sua independência financeira e auto-suficiência. Um

grupo de trabalho ministerial propôs uma carteira não exaustiva e não vinculativa de opções a nível nacional, regional e continental, como a cobrança de impostos sobre os bilhetes de avião, hotéis e mensagens de texto; e elaboração de um mecanismo de responsabilização para garantir "uma gestão financeira eficaz e eficiente."

Espera-se que isto possa gerar cerca de 600 milhões de dólares norte-americanos por ano e, ao longo de cinco anos, a UA seria capaz de pagar 00 por cento dos seus gastos com recursos próprios. "É importante que nós façamos o que queremos fazer e não o que outros governos nos paguem dinheiro para fazer", disse a Presidente da Comissão da UA, Nkosazana Dlamini Zuma, ao propor medidas a este respeito. Todos os Estados-Membros que não pagaram a sua contribuição foram instados a fazê-lo.

Cimeira acordou em determinar uma escala adequada de avaliação para a contribuição para que a UA possa assumir o controlo de seu orçamento de acordo com os seguintes princípios. Os Estados-Membros devem financiar:

- a) O orçamento operacional em 100%;
- b) O orçamento do programa em 75%;
- c) As operações de apoio à paz orçamento em 25%. □

Candidato da SADC eleito Presidente da UA Presidente Mugabe lidera a União Africana

UM VOTO de confiança para a SADC marcou a Cimeira da UA, quando o Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, foi eleito presidente do órgão continental, e terá como o primeiro vice-presidente Joseph Kabila, Presidente da República Democrática do Congo (RDC).

Os Presidentes Mahamadou Issoufou, do Níger, e Uhuru Kenyatta, do Quênia, são o segundo e terceiro vice-presidentes, respectivamente.

No seu discurso de tomada de posse, Mugabe apelou a uma cooperação mais profunda entre os Estados membros.

"Apelamos ao zelo, empenho e dedicação sem limites na execução de programas e projectos que nós estabelecemos para nós mesmos nos vários sectores políticos, sociais, económicos e de segurança."

Ele lembrou que "há mais de cinco décadas atrás, tive o privilégio único, como representante da ZANU, um movimento de libertação, de assistir ao momento histórico da fundação da Organização da Unidade Africana em 1963, aqui em Addis Abeba. É verdade que foi uma ocasião em que a África

decisivamente tomou os destinos com as suas próprias mãos.

"Ainda me lembro, de forma intensa, a palpável determinação colectiva, dedicação e empenho dos nossos antepassados, na unificação e libertação do continente dos flagelos do colonialismo e da pobreza. A nossa liberdade e progresso socioeconómico, alcançados até agora, são amplos testemunhos da correcta visão dos nossos antepassados. A África já percorreu um longo caminho desde então..." □

"Recursos perdidos devem retornar" Declaração Especial sobre o fluxo ilícito de Recursos Financeiros

OS CHEFES de Estado e de Governo manifestaram preocupação com o "aumento de escala e dimensão do fluxo ilícito de recursos financeiros provenientes de África, particularmente a partir das nossas indústrias extractivas e recursos naturais", sublinhando que se trata de um "enorme obstáculo para o desenvolvimento social e económico sustentável." A União Africana estima que o continente perdeu "até 1.8 triliões de dólares norte-americanos entre 1970 e 2008 e continua a perder enormes recursos financeiros estimados em 150 biliões de dólares norte-americanos por ano", através da fuga ilícita de capitais, principalmente através de evasão fiscal e sobre facturação do comércio e de serviços por parte de várias empresas nacionais, acreditando-se que isso é causado por instituições fracas, especialmente na administração tributária e acompanhamento, bem como devido a corrupção em órgãos do governo e ainda por causa da instabilidade política e conflitos. A Cimeira declarou o seu compromisso de acabar com o crónico fluxo ilícito de recursos financeiros, e decidiu assegurar que todos os recursos financeiros perdidos através fuga ilícita de capitais e fluxos financeiros ilícitos sejam identificados e retornados à África para financiar a agenda de desenvolvimento. □

Líderes Africanos delibaram sobre o surto de Ébola...

A UNIÃO Africana reconheceu o papel dos voluntários africanos na luta contra o Ébola e recomendou a prorrogação do mandato do apoio da UA ao surto de Ébola na África Ocidental, solicitando as instituições financeiras internacionais e parceiros para cancelar a dívida dos três países afectados (Guiné, Libéria e Serra Leoa). Os líderes africanos instaram a Comissão da UA para mobilizar fundos para a criação do Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças (CDC Africano) até os meados de 2015. □



Paz e Segurança

A Situação da Paz e Segurança em África

O CONSELHO de Paz e Segurança informou à 24ª Sessão da Assembleia da UA que, em geral, a situação política em África está a melhorar, apesar da instabilidade em algumas áreas estar a desviar o desenvolvimento.

"A Assembleia saudou os progressos que continuam a ser feito em termos de consolidação da paz e reconstrução pós-conflito", refere a declaração final,

acrescentando que "a África continua a enfrentar sérios desafios em matéria de paz e segurança, o que prejudica os esforços de desenvolvimento socioeconómico e causa consequências catastróficas humanitárias que contribuem para projectar uma imagem negativa".

Os líderes notaram o agravamento do terrorismo e do

extremismo violento em algumas partes de África, como demonstrado pelos ataques perpetrados por diferentes grupos terroristas, incluindo a Al Shabaab, Exército resistente do Senhor, Boko Haram, Al-Qaida, no Magrebe Islâmico, e de grupos Ansar al-Sharia".

A este respeito, a Cimeira exortou "todos os Estados-Membros a prestar toda a assistência possível no sentido de derrotar" esses grupos terroristas. □

Desenvolvimento da capacidade Africana para a resposta imediata a crises e uma rápida capacidade de mobilização da força africana de prontidão

A ASSEMBLEIA da UA decidiu assumir autoridade, nos termos do artigo 4 (h) do Acto Constitutivo do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana, da rápida mobilização, aluz das seguintes disposições:

"O Conselho de Paz e Segurança da União Africana deve comunicar imediatamente tal mobilização no prazo de 90 dias ou para a próxima reunião da Assembleia para rectificação; e

Os Estados-Membros contribuem voluntariamente para uma força de intervenção que será representada e vai participar das deliberações do Conselho de Paz e Segurança sobre uma possível ACIRC / missão de intervenção ASF-RDC." □

África homenageia Mwalimu Julius Nyerere

A ÁFRICA vai homenagear um dos seus fundadores, Julius Nyerere Kambage, o falecido Presidente da República Unida da Tanzânia, atribuindo o seu nome ao novo edifício de Paz e da Segurança, na sede da UA, em Addis Abeba, Etiópia.

A Tanzânia acolheu o Comité de Libertação da organização continental desde o seu início em 1963 até ao cumprimento da sua missão em 1994, com a independência dos países africanos do jugo colonial e o fim do apartheid na África do Sul.

O Mwalimu Nyerere presidiu os Estados da Linha da Frente que apoiaram os movimentos de libertação na África Austral e o seu país contribuiu de forma significativa através do acolhimento dos combatentes da libertação e proporcionando-lhes apoio logístico, bem como o apoio militar e treinamento.

Num discurso para o Conselho Legislativo em 1959, antes de seu próprio país alcançar a independência, Nyerere apelou ao seu povo e país para a libertação do continente.

"Nós, o povo de Tanganyika, gostaríamos de acender uma vela e colocá-lo no topo do Monte Kilimanjaro para brilhar para além das nossas fronteiras dando esperança onde há desespero, amor onde há ódio e dignidade onde antes havia apenas humilhação."

Ele é considerado o pai da libertação Africana", ele carregou a tocha que libertou a África." □



África unida sobre Mudanças Climáticas e implementação das metas de água e saneamento

OS LÍDERES africanos instruíram a Comissão da UA a apresentar regularmente à Cimeira a implementação de programas e projectos sobre mudanças climáticas. A Cimeira decidiu também a acelerar a implementação dos compromissos para o alcance das metas de água e saneamento e solicitou à Comissão da UA para coordenar a implementação do Plano de Acção. □

África do Sul acolhe a próxima Cimeira da UA

A PRÓXIMA Cimeira da UA, em Junho-Julho de 2015, vai decorrer na África do Sul, país que acolheu o evento em 2002, quando a União Africana foi fundada a partir da Organização de Unidade Africana. A cimeira da UA é tradicionalmente realizada duas vezes por ano, sendo a primeira em Janeiro / Fevereiro, na sede da UA em Addis Abeba, na Etiópia, enquanto a segunda decorre num outro Estado membro. □

África pretende criar uma vasta Área continental de Comércio Livre

OS LÍDERES africanos reafirmaram o seu compromisso de lançar uma Área Continental de Comércio Livre (ACCL) em 2017 para promover o movimento suave de bens, serviços e pessoas em todo o continente.

Na 24.ª Assembleia da União Africana, os líderes concordaram em iniciar as negociações para a ACL em Junho deste ano, e mandataram o Presidente da Comissão Africana do Comércio e a presidente da Comissão da UA a participarem em consultas de alto nível.

A ACCL vai evoluir a partir das áreas de comércio livre existentes em blocos económicos sub-regionais, criando um mercado combinada de mais de 50 países africanos, com uma população de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

Os Estados Membros da UA também reafirmaram a implementação da Decisão de Yamoussoukro no sentido da criação de um mercado Africano único de transporte aéreo em 2017. □

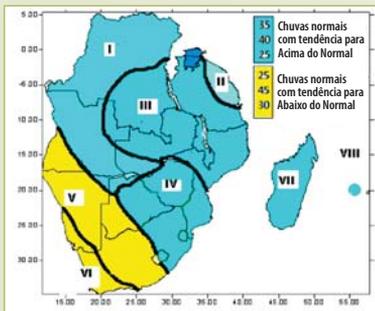
Universidade Pan-africana

A 24ª Sessão ordinária da Assembleia da União Africana nomeou o Presidente e Vice-Presidente do Conselho da Universidade Pan-africana (PAU) para um mandato de três anos, e ambas as autoridades académicas de ensino superior são provenientes de Estados Membros da SADC - Professor Tolly S. Mbvette, da República Unida da Tanzânia, e o Professor Paulo Horácio de Sequeira e Carvalho, de Angola, respectivamente. A Assembleia designou a República dos Camarões como a sede da reitoria da PAU. □

Chuvas regulares persistirão até o final da época

O **PADRÃO** geral de chuvas na África Austral deverá manter-se estável até Abril, proporcionando boas condições para a região registar uma excelente campanha agrícola, apesar do risco de desastres permanecer elevado.

Um recente relatório sobre a previsão de chuvas, lançado pelo Centro de Serviços do Clima da SADC para o período de Fevereiro a Abril de 2015, indica que a maior parte da África Austral vai receber chuvas normais com tendência para acima do normal, enquanto o sudoeste da região registará chuvas normais com tendência para abaixo do normal. (Vide o mapa)



Chuvas *acima do normal* é a quantidade média de precipitação que ocorre na terceira década do pico da época chuvosa em relação a média registada durante um período de 30 anos entre 1971 e 2000, enquanto *chuva abaixo do normal* representa a quantidade média que ocorre na terceira década do período relativamente mais seco da época chuvosa e *chuva normal* é a quantidade média que ocorre no intervalo intermédio da época chuvosa.

As áreas que têm maiores probabilidades de receber chuvas normais com tendência para acima do normal são a maior parte de Angola, Madagáscar, República Unida da Tanzânia, Moçambique, Malawi, Zâmbia e República Democrática do Congo.

Outras áreas são Maurícias, Zimbabwe, Seychelles, Lesoto, Suazilândia, Botswana oriental, e partes do norte e do leste da África do Sul.

A probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal I será confinada às franjas ocidentais da Namíbia e África do Sul.

Dado que as condições climáticas mudam constantemente, o Centro de Serviços do Clima da SADC instam os usuários da informação meteorológica a entrar em contacto com seus serviços nacionais de meteorologia para a actualização e interpretação da previsão climática e obtenção de detalhes e orientações adicionais.

O excesso de chuvas durante o período de Novembro de 2014 e Fevereiro 2015 causou inundações em algumas partes da região.

"A monção de verão da África Austral trouxe significativas condições humidade em diversas áreas no Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, Moçambique e Madagáscar que enfrentaram chuvas persistentes e inundações",

disse o Centro de Serviços do Clima da SADC num comunicado.

"Isso causou inundações extremas, com milhares de populações deslocados, danos às culturas, pecuária, infra-estrutura e mortes, no mês de Dezembro de 2014 e início de Janeiro de 2015."

As cheias já mataram mais de 200 pessoas no Malawi, enquanto outras cerca de 500 mil foram deslocadas, de acordo com relatos da imprensa daquele país.

Mais de 100 pessoas morreram por causa de cheias no vizinho Moçambique.

O centro do clima disse que em médias trimestrais, a maioria dos países da região experimentou condições normais de chuva.

No entanto, parte ocidental da República Democrática do Congo e Angola, no norte da Namíbia e algumas partes da África do Sul receberam chuvas abaixo do normal. As condições de chuvas abaixo do normal persistem desde o início da época.

Além disso, dois ciclones tropicais desenvolvidos ao longo do Sudoeste do Oceano Índico causaram fortes chuvas, especialmente em Madagáscar e Ilhas Maurícias.

A época de ciclones tropicais activa sobre o Oceano Índico central também tem desviado a humidade para o sul-ocidental da região.

Quanto ao El Niño Oscilação Sul, o centro disse que circulação atmosférica global continuou a mostrar uma tendência neutra com a água relativamente quente.

O Índice de Oscilação Sul (IOS) manteve-se ligeiramente negativo, mas o SOI Equatorial estava perto de zero. SOI dá uma indicação do desenvolvimento e da intensidade de eventos de El Niño ou La Niña no Oceano Pacífico, que normalmente estão associados a condições de seca e cheias na África Austral, respectivamente. □

Madagáscar precisa fundos para evitar o ressurgimento da praga de gafanhotos

O **MADAGÁSCAR** precisa de uma verba adicional de 10 milhões de dólares norte-americanos para lidar adequadamente com a praga de gafanhotos que ameaça a segurança alimentar naquele País insular.

Pelo menos 28,8 milhões de dólares norte-americanos foram já mobilizados até agora pelo Governo do Madagáscar em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação para lidar com a praga.

No entanto, o País precisa de uma verba adicional de 10,6 milhões de dólares norte-americanos para completar a luta contra os gafanhotos, incluindo a monitoria e realização de várias operações até o final da época chuvosa, em Maio.

Madagáscar declarou estado de emergência nacional em 2013 porque os gafanhotos ameaçam a segurança alimentar de cerca de



60 por cento dos seus 22 milhões de habitantes.

A FAO informou na altura que cerca de metade do país foi infestado por uma vaga de gafanhotos a partir de Abril, cada uma composta por milhões de insectos devoradores de plantas.

O arroz é o principal alimento no Madagáscar.

A praga de gafanhotos foi interrompida com sucesso no ano passado, mas os riscos de recaída são elevados durante a estação chuvosa, o que proporciona condições ideais para a procriação das pragas.

"Agir agora é fundamental para garantir os esforços

significativos feitos até agora, financeira e tecnicamente, sejam robustos, em vez de perder", disse o Director da FAO para a emergência e reabilitação, Dominique Burgeon.

"A actual campanha é essencial para reforçar a actual redução da praga, evitando qualquer recaída, e, em seguida, continuar em direcção a uma recessão de gafanhotos."

Biologicamente, mesmo uma interrupção curta de dois meses em monitoria e operações de pulverização poderia eliminar significativamente grande parte do progresso feito até o momento. □



Mutharika: Isto jamais tinha ocorrido com esta dimensão na história do nosso País

Inundações testam o nível de prontidão da SADC

por Admire Ndhlovu

AS RECENTES inundações que afectaram partes da África Austral colocaram à prova, mais uma vez, as estratégias regionais de gestão de desastres.

Cada vez que inundações ocorrem na região há perda de vidas e destruição de propriedade e infra-estrutura, tais como casas, escolas, estradas e ferrovias.

As inundações aumentam os riscos de saúde pois as fontes de água ficam contaminadas e doenças transmitidas pela água, como diarreia e malária, alastram-se facilmente.

Dezenas de milhares de pessoas no Malawi, Moçambique, Zimbabwe e Madagáscar foram severamente afectadas por inundações causadas pela tempestade tropical Chedza, que começaram em Dezembro e continuaram ao longo de Fevereiro.

O Malawi foi o mais afectado pelas actuais cheias. Mais de 200 pessoas morreram e mais de 500.000 ficaram deslocadas, de acordo com relatos da imprensa daquele país.

Extensos danos às colheitas, gado e infra-estrutura ocorreram nos distritos do sul de Nsanje, Chikwawa, Phalombe e Zomba.

Como medida de resposta, o presidente Peter Mutharika declarou estado de desastre em 15 distritos.

"Estou profundamente preocupado com a actual situação, casas desabaram, outras pessoas já perderam a vida devido a estas inundações que afectaram quinze distritos no nosso país, uma situação que

nunca aconteceu antes na história do nosso país", disse depois de visitar as pessoas afectadas no distrito de Mangochi, no Lago Malawi.

O governo do Malawi instou as pessoas que vivem nas áreas propensas a inundações a mudar com urgência para as zonas altas, para evitar mais perda de vidas. Helicópteros militares sul-africanos ajudaram no resgate e re-alocação de pessoas nas áreas afectadas.

Moçambique está a enfrentar desafios semelhantes.

"As cheias já mataram 117 pessoas, um significativo aumento em relação ao último balanço que era 84 mortos há uma semana", disse o vice-ministro moçambicano da Saúde, Mouzinho Saide.

A maioria das mortes ocorreu na região central da Província costeira da Zambézia, disse ele. Mais de 150.000 pessoas foram afectadas.

Na bacia do Licungo, pontes foram destruídas e a linha de transmissão de transporte da corrente a partir da barragem de Cahora Bassa para as províncias nortenhas de Nampula, Niassa e Cabo Delgado foi destruída.

Quanto à agricultura, 27.838 famílias sofreram perdas das culturas numa área de 33.648 hectares.

O Conselho de Ministros de Moçambique declarou um alerta vermelho institucional no dia 12 de Janeiro para as zonas centro e norte do país, após as fortes chuvas que causaram cheias severas.

O Zimbabwe também sofreu inundações, sendo as províncias

mais afectadas Manicaland, Mashonaland Central, Mashonaland Oriental, Mashonaland Ocidental e Midlands.

De acordo com avaliações preliminares, cerca de 6.000 pessoas foram afectadas, das quais 2.500 pessoas estão em necessidade urgente de assistência. A população afectada pelas cheias refugiou-se nas zonas altas, algumas das quais foram abrigadas nas escolas.

O Secretariado da Comissão da Bacia do Zambeze (ZAMCOM) está a monitorar a situação das cheias no Malawi e Moçambique usando vigilância aérea e a oferecer informações de aviso prévio a estes países.

"Isso está sendo feito através do uso do Sistema de Observação e Informação de Recursos Hídricos (WOIS), através do qual as imagens do satélite Sentinel-1 são convertidas em mapas que ilustram a actual evolução e dimensão das cheias", disse a ZAMCOM num comunicado.

"A informação recolhida é importante para uma melhor avaliação da situação das cheias no Malawi e no desenvolvimento de uma ferramenta de previsão operacional de cheias para ZAMCOM. Com este sistema, a ZAMCOM será capaz de demonstrar a dimensão das cheias e dos níveis de água através de ferramentas de modelagem do cenário real".

A crescente intensidade e frequência das inundações na SADC estão ligadas às mudanças climáticas.

De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre

Mudanças Climáticas, divulgado em Março de 2014, a temperatura da superfície da terra em toda a bacia do Zambeze e do resto de África Austral aumentou 0,5°C ou mais durante os últimos 50 a 100 anos, entanto o nível do mar subiu 19 centímetros entre 1901 e 2010. Tais condições meteorológicas são ideais para tempestades tropicais.

Embora a África contribua relativamente pouco para o aquecimento global, a região está sofrendo os seus efeitos.

Com o aumento do impacto das alterações climáticas, há necessidade de aprofundar os esforços de resposta a nível nacional e regional.

Moçambique, por exemplo, colocou em prática um mecanismo de resposta vibrante desde as cheias devastadoras registadas no ano 2000 que causaram cerca de 700 mortos.

O governo, através do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, investiu cerca de 275 milhões de dólares para a redução do risco de desastres, incluindo os riscos de cheias.

A nível regional, o Secretariado da SADC e as Nações Unidas assinaram um Memorando de Entendimento (MoU), em 2014, para estabelecer um quadro de cooperação para fortalecer os mecanismos de resposta a desastres regionais na África Austral.

O memorando de entendimento visa melhorar as capacidades da SADC e dos Estados-Membros na gestão do risco de desastres, bem como defender os direitos das pessoas pobres afectadas por conflitos sociais e desastres naturais. □

Pouco progresso nas negociações sobre Mudanças Climáticas

por Egline Tauya

AS NEGOCIAÇÕES climáticas globais em curso têm mostrado pouca urgência, apesar da crescente evidência de que a janela para reverter as mudanças climáticas está se fechando.

Apesar da 20ª Conferência das Partes (COP20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Lima, Peru, em Dezembro de 2014, ter terminado com um acordo que constitui a base para um acordo global sobre as mudanças climáticas, a questão é se o negócio vai evitar as mudanças climáticas catastróficas para a maioria dos países em desenvolvimento que já estão experimentando os impactos com pouca capacidade de resposta.

De acordo com o 5º Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a temperatura da superfície da terra em toda a África Austral, por exemplo, aumentou em 0,5 °C ou mais durante os últimos 50-100 anos, enquanto o nível global do mar subiu 19 centímetros entre 1901 e 2010.

As mudanças de temperatura, chuva e aumento no nível do mar aumentaram a incidência de malária em algumas partes da África Austral e contribuiu para uma mudança de práticas agrícolas.

A maioria dos países em desenvolvimento estão preocupados porque o acordo alcançado no Peru, conhecido por "Acordo de Lima", carece de acções específicas para combater as emissões antes 2020, facto necessário para limitar e manter o aquecimento abaixo de 2° C, nível considerado pelos cientistas como seguro.

O Acordo de Lima afirma que todos os países serão convidados a apresentar para a ONU planos

para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, conhecidos como "Futuras Contribuições Determinadas a Nível Nacional (INDC)," num prazo informal de 31 de Março de 2015.

O acordo, no entanto, não forneceu uma estrutura, avaliação das necessidades ou exigências de informação para a comunicação das INDCs.

O que isso significa para a África é que não há nenhuma garantia de que as INDCs dos países desenvolvidos, que são responsáveis pelo passado e apresentam grandes emissões, seriam suficientes para manter o aumento da temperatura abaixo de 2 ° C.

No acordo de 1992 sobre as mudanças climáticas somente os países desenvolvidos foram obrigados a reduzir as emissões de acordo com o princípio de responsabilidades comuns, mas com responsabilidades e capacidades diferenciadas.

Apesar de as INDCs serem boas, elas são propensas a abrir a possibilidade de cada país decidir a sua própria acção climática no futuro, sem qualquer referência ao que a ciência, as pessoas e justiça necessitam, e sem um quadro normativo claro.

Isto prevê compromissos voluntários, em contraste aos compromissos juridicamente vinculativos, como foi o caso do Protocolo de Quioto.

Mais ainda, as INDCs provavelmente vão enfraquecer as obrigações morais e legais por parte dos países desenvolvidos para transferir financiamento e tecnologia.

As INDCs são uma forma aberta para uma maior expansão da experiência fracassada sobre mercados de carbono, incluindo, possivelmente, créditos de

carbono de florestas, solos e que atentam contra os direitos à terra para as comunidades e seriam devastadores para os agricultores e as comunidades florestais na África Austral, ao mesmo tempo que impedem a necessária transformação.

Enquanto os países desenvolvidos estão a ser pressionados pelas INDCs para adoptarem somente a mitigação só, os países em desenvolvimento afirmaram que as INDCs deveriam incluir a adaptação, apoio financeiro dos países ricos que causaram o problema, transferência de tecnologia e capacitação.

Os países desenvolvidos não deram garantias de apoio financeiro específico e previsível. Em vez disso, apelaram aos países sobre "uma posição" para oferecer apoio. Caso contrário, os países vulneráveis devem contentar-se com a ajuda dos doadores.

A conferência Lima reiterou a necessidade dos Países desenvolvidos mobilizarem 100 biliões de dólares norte americanos em ajuda as mudanças climáticas para as nações em desenvolvimento até 2020. No entanto, a África Austral e o resto do continente queriam que as nações desenvolvidas definissem um calendário claro para o aumento dos financiamentos de ano para ano.

O texto do Acordo de Lima "solicita" meramente que as nações desenvolvidas "realcem os elementos quantitativos e qualitativos disponíveis de um caminho" rumo a 2020.

Este não fornece um roteiro claro para acção imediata por parte dos países desenvolvidos, nem um compromisso de revisão urgente ou revisão dos compromissos de avaliação feitos anteriormente.



Outra desilusão para a África era sobre a questão das perdas e danos causados pelos impactos das mudanças climáticas. Desde as negociações de Varsóvia, em 2013, a África tem solicitado inclusão específica de perdas e danos dos impactos das mudanças climáticas que não podem ser resolvidos por mecanismos adaptação como um assunto isolado.

Os países desenvolvidos, no entanto, preferem incluir as perdas e danos na adaptação. Receiam que se permitirem as negociações sobre perdas e danos, isso os obrigaria legalmente obrigados a ter que pagar uma indemnização aos países em desenvolvimento pelas suas emissões de gases de efeito estufa no passado.

O Acordo de Lima inclui declarações conflituosas como "Provisão para perdas e danos para os casos onde a mitigação e adaptação não será suficiente", como uma das opções, e "nenhuma referência a perdas e danos", como a outra opção a ser considerada no acordo final.

Com esse texto conflituoso no resultado de Lima, o que está claro é que as perspectivas de um novo acordo não são susceptíveis de favorecer a África e os países desenvolvidos irão facilmente negligenciar a sua responsabilidade histórica no acordo final que deverá ser aprovado em Dezembro de 2015. □

Comércio intra-regional regista aumento

O COMÉRCIO intra-regional na África Oriental e Austral está a registar um aumento constante e cresceu três vezes nos últimos 10 anos (2004-2014).

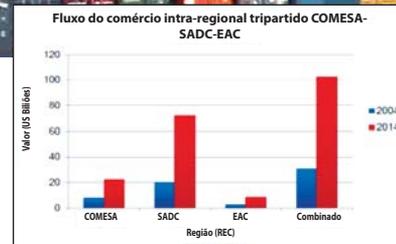
O Presidente do Grupo de Trabalho Tripartido COMESA-EAC-SADC, Sindiso Ngwenya, revelou o facto durante 24ª Cimeira da União Africana sobre o progresso para o lançamento da Área de Tripartida de Comércio Livre (ACL).

O Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA) – A Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) – e a SADC pretendem criar o maior mercado integrado em África, cobrindo 26 países na África Oriental e Austral, em 2016.

Este mercado integrado beneficiará uma população total de cerca de 625 milhões de pessoas que cobrem metade dos Estados membros da UA e um

Produto Interno Bruto de cerca de 1,2 triliões de dólares norte-americanos.

Ngwenya, que também é Secretário-Geral do COMESA, disse que o crescimento na África Oriental e Austral ocorre em função dos acordos individuais de comércio livre das três Comunidades Económicas Regionais (CER), e poderá aumentar quando a ACL Tripartida estiver operacional.



Ele disse que o comércio intra-combinado das três RECs para o período de 2004-2014 subiu de 30,6 bilhões para 102,6 bilhões de dólares norte-americanos, com o comércio intra-SADC passando de 20 bilhões para 72 bilhões de dólares no mesmo período. (Veja tabela)

O COMESA registou um crescimento do comércio intra-regional de 8 bilhões para 22 bilhões de dólares norte-americanos, enquanto o EAC registou um crescimento de 2,6 bilhões para 8,6 bilhões de dólares norte-americanos.

"Estou confiante que o estabelecimento da ACL COMESA-EAC-SADC irá seguir o mesmo caminho de crescimento, no entanto, a um ritmo de crescimento acelerado e, apoiado por programas de infra-estrutura e industrialização", disse ele. □

Mais Países aderem ao sistema regional de pagamento electrónico

UM TOTAL de nove países aderiu já ao sistema regional de pagamento electrónico lançado pela SADC a cerca de dois anos, contra apenas quatro Países no acto do lançamento em Julho de 2013.

O Sistema Regional Integrado de Pagamento Electrónico da SADC (SIRESS) visa facilitar transferências electrónicas na região através da substituição do uso de instrumentos manuais

em papel, tais como cheques bancários.

Por exemplo, o SIRESS permite aos países participantes a fazer verificação do dinheiro através das fronteiras, no mesmo dia, e com um custo menor. Anteriormente, a consulta de saldos e das contas com sistemas baseados em papel levava entre sete e 21 dias úteis.

"Começamos com quatro países Lesotho, Namíbia, África

do Sul e Swazilândia," disse o oficial sénior do programa da SADC para o investimento, Thembi Langa, acrescentando que mais cinco juntaram-se ao SIRESS - Malawi, Maurícias, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

A República Democrática do Congo esperado juntar-se em breve, enquanto todos os Estados Membros da SADC devem participar no sistema em 2016. □

Unidade de comércio da SADC já está operacional

A SADC criou uma unidade de apoio para facilitar a implementação do Mecanismo de Comércio da SADC, que está operacional desde Janeiro.

A unidade está sob a Direcção do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento.

O Mecanismo de Comércio da SADC (TRF) tem como objectivo fortalecer a implementação do Protocolo do Comércio da SADC e o Acordo de Parceria Económica com União Europeia (APE) para aumentar o comércio intra-regional dos fluxos entre os Estados-Membros da SADC.

O grupo APE-SADC compreende Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Swazilândia.

Os outros membros da SADC estão a negociar os APE como parte de outros grupos regionais, como a África

Central ou da África Oriental e Austral.

A Unidade do TRF foi criada através de um acordo de contribuição entre a UE e a SADC e, entre outras coisas, visa fornecer apoio técnico aos países na implementação dos seus compromissos assumidos no âmbito do Protocolo da SADC sobre o Comércio e os APE com a UE.

O TRF, que é um projecto de 32 milhões de Euros financiado no âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento, composto por duas janelas de financiamento:

- A janela do Protocolo Comercial da SADC para garantir maiores níveis de cumprimento e implementação dos compromissos assumidos pelos países da SADC no âmbito do Protocolo do Comércio; e

- Uma janela de APE que facilita a implementação e monitoria do APE- SADC, com vista a reforçar os seus potenciais benéficos, particularmente em termos de melhoria do acesso ao mercado.

Áreas de intervenção incluem cooperação aduaneira e facilitação do comércio, abarcando barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, o desenvolvimento industrial, a facilitação do comércio de serviços, a promoção do comércio e desenvolvimento, e apoio sobre os ajustes relacionados com o comércio.

O TRF tem como objectivo lidar com os desafios de implementação enfrentados pelos Estados Membros da SADC nos seus programas de comércio e desenvolvimento industrial, de modo a aumentar o comércio intra-SADC.

Ele irá complementar outros programas de integração regional, como o Mecanismo de Preparação de Projectos e Desenvolvimento (PPDF) e de Apoio à Integração Económica Regional (REIS).

O PPDF visa colmatar as lacunas na provisão de infra-estrutura para melhorar a competitividade e facilitar o comércio regional e internacional, enquanto REIS visa a melhoria da capacidade de integração económica regional.

O TRF visa especificamente lidar com os desafios de implementação a nível nacional que são identificadas pelos próprios países através de seus programas indicativos nacionais.

Os projectos e programas devem ser coerentes com a estratégia de integração da SADC e planos de desenvolvimento nacionais dos Estados-Membros. □

Tempo para impedir fluxo ilícito de recursos para fora da África

OS PAÍSES em desenvolvimento estão a perder dinheiro por meio de canais ilícitos com o dobro da velocidade a que as suas economias estão crescendo, de acordo com novas estimativas.

Além disso, o volume total desses fundos perdidos parece estar a crescer rapidamente. As constatações da Integridade Financeira Global (GFI) reconfirmaram as estimativas anteriores de que os países em desenvolvimento estão a perder quase um trilhão de dólares por ano através de evasão fiscal, corrupção e outros crimes financeiros por parte dos investidores, principalmente estrangeiros.

O relatório que abrange a década até 2012 mostra que a taxa de fluxos ilícitos aumentou significativamente.

Em 2003, por exemplo, o capital ilícito cumulativo que saiu dos países em desenvolvimento foi de 297 biliões de dólares norte-americanos contra 991 biliões de dólares em 2012.

Um dos mecanismos mais comuns para mover esse dinheiro tem sido a falsificação de facturas comerciais.

Uma das formas tem sido vista grossa ou falsificação dos rendimentos nos países em desenvolvimento por entidades criminosas, funcionários corruptos e empresas desonestas. □



Rumo ao Comércio Intra-África

O PRESIDENTE da África do Sul, Jacob Zuma, disse que os Países africanos estão trabalhando juntos para remover as barreiras que estão atrapalhando o comércio intra-Africano.

"Sabemos que se estamos em África é difícil caminhar e isto deve acabar rapidamente se é que queremos implementar a nossa crença de que o comércio intra-África é importante e que se nós temos infra-estruturas, então isto não pode ser bloqueado pelos diferentes Países", disse Zuma no recente Fórum Económico Mundial de Davos, na Suíça.

"Eu sei que os regulamentos são os maiores problemas para os investidores. Estas são questões que estamos a tratar para tentar tornar mais fácil [para os investidores investirem]. Nós também estamos olhando a forma como os investidores podem fazer negócios facilmente sem lidar com burocracias complicadas. Estas são questões que estamos abordando", disse ele.

Ele disse que, apesar de a África estar abençoada com especialistas industriais, é triste saber que estes têm estado a mudar para países de fora do continente, porque lá há

indústrias para usar esses especialistas.

"Acreditamos que, uma vez que temos a infra-estrutura, temos energia, essas habilidades vão voltar para o

País e eles não vão deixar o continente. Assim, portanto, a falta de competências não vai ser um problema e estas são as questões que estamos a trabalhar." *SAnews.gov.za* □

Namíbia pretende ser centro regional da SADC

NAMÍBIA LANÇOU um plano que visa transformar o País num centro regional para os países da SADC.

Encomendado pelo Governo da Namíbia e pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o plano aponta as boas infra-estruturas e posição geográfica da Namíbia dão um enorme potencial ao país para se tornar um centro de logística e distribuição internacional na África Austral.

Ele também recomenda que a Namíbia deve apresentar os seus pontos fortes de negócios que fazem com que seja favorável em comparação com os outros pontos de saída bem estabelecidos.

"Os preços não devem ser superiores a um terço do preço na Cidade do Cabo ou Durban. Este é o factor único mais importante para atrair negócios de logística;

preços relativamente altos podem prejudicar qualquer um dos outros factores de atracção", lê-se em parte do plano.

A Namíbia já fez um progresso no sentido de estabelecer-se como um centro regional. Por exemplo, um novo terminal de contentores no Porto de Walvis Bay estará totalmente operacional em 2018.

O objectivo é aumentar a capacidade de manuseamento do porto. O fluxo de cargas deverá aumentar nos próximos anos, de acordo com uma avaliação recente

Por exemplo, a TransNamib e JICA estimam que o futuro volume de carga transportado por ferrovia poderá ser de 4,8 milhões de toneladas até 2020, em comparação com 4,9 milhões de toneladas, em 2025 com base na previsão de futuro fluxo de cargas. *The Namibian* □

Zimbabwe e Zâmbia reabilitam barragem de Kariba

A ZÂMBIA e Zimbabwe têm garantido 275 milhões de dólares norte-americanos em empréstimos e doações para reabilitar a Barragem de Kariba, a gigantesca produtora de energia localizada na fronteira entre os dois países.

A concessão vem após os avisos de que a parede de 128 metros está envelhecendo e precisa de reparos.

A União Europeia espera disponibilizar a maior fatia de 100 milhões de dólares norte-americanos, enquanto o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento vão cada disponibilizar 75 milhões de dólares norte-americanos em empréstimos. A Suécia vai conceder 25 milhões de dólares.

A Reabilitação da barragem deverá custar 300 milhões de dólares norte-americanos, e os dois países concordaram em pagar a diferença.

A Barragem de Kariba é uma das maiores do mundo, produzindo mais de 1.300 Megawatts de energia hidroelétrica para os dois países. □

Eventos Fevereiro-Abril 2015



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 17 No 2
Fevereiro 2015

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anesu Ngadya, Anisha Madanhi,
Tanaka Chitsa, Nyarai Kampillipi

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Austrália.

© SADC, SARDC, 2015

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
P1 waterearth.org.co, work.chron.com, noveldiamonds.com;
P2 en.starafrika.com, zncc.co.org, img.timeinc.com, www.au.int;
P4 uhuruspirit.org, thegide.com, matrix.genesis.com;
P5 zambezypress.com, mwebantu.com;
P6 nationalgeographic.com, africanarguments.com; P7 esi-africa.com;
P8-9 gbcghana.com, thisisafrika.com, au.nt.co, P.Johnson SARDC;
P10 daff.gld.gov; P11 aid abc.net, timeslive.com, defense.gov;
P12 nationalgeographic.com, mirror.co.uk, colorodmtn.edu; P13 iccwbo.org;
P16 Anders Johanssen, portaldeangola.com, P.Johnson SARDC

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento




Fevereiro 17, África do Sul	Comité Ministerial do Órgão A reunião vai deliberar sobre uma série de questões que visam a promoção da paz e segurança na região da SADC. O comité é composto pelos ministros responsáveis pelos assuntos externos, de defesa, de segurança pública e de segurança do Estado dos países que compõem o Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança.
22-23, Zimbabwe	Reunião do Grupo de Trabalho de Revisão do RISDP O grupo de trabalho multisectorial vai se reunir para validar o conteúdo do Projecto actualizado do RISDP 2015-2020 e o Quadro Projecto de Implementação. O grupo de trabalho é composto por representantes dos Estados-Membros, do Secretariado da SADC, instituições subsidiárias e filiadas da SADC, instituições de investigação sobre as políticas e peritos independentes.
24-24, Zimbabwe	Reunião de Peritos da Indústria e Comércio da SADC Os peritos dos Governos dos Estados-Membros da SADC vão convergir em Harare para finalizar um roteiro e estratégia sobre a industrialização da região. O resultado da reunião será tido em conta numa reunião do Grupo de Trabalho Ministerial da SADC sobre Integração Regional prevista para Março, também no Zimbabwe.
26-27, Botswana	Reunião do Grupo Temático de Energia da SADC O Grupo Temático de Energia é uma reunião de coordenação de parceiros de cooperação, especialistas da SADC e das suas organizações subsidiárias para discutir formas de ajudar a região no combate aos seus desafios energéticos.
28, Lesotho	Eleições Gerais no Lesotho Os Basotho vão depositar os seus votos nas eleições gerais para escolher os 80 membros da Assembleia Nacional de 120 membros. Os outros 40 deputados são eleitos por um círculo eleitoral nacional utilizando o sistema de listas partidárias de representação proporcional. As eleições, inicialmente previstas para 2017, foram antecipadas após um acordo pelas partes políticas interessadas do país.
Março 5, Zimbabwe	Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Regional Ministros responsáveis pelo Comércio e Indústria, Finanças, Economia, Planeamento e Desenvolvimento de infra-estrutura na região da SADC reúnem-se para discutir uma estratégia e um roteiro para a industrialização da região. Trata-se de uma resposta a uma decisão tomada na 34ª Cimeira da SADC, realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, que instruiu o Secretariado para desenvolver uma estratégia e um roteiro prático e implementável para a industrialização da região.
6, Zimbabwe	Conselho de Ministros da SADC O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorar as funções e o desenvolvimento da SADC e assegurar que as políticas sejam devidamente implementadas para promover a integração regional.
26, África do Sul	38ª Reunião do Comité Executivo e 20º Aniversário do SAPP O encontro contará com a presença de quadros dirigentes e directores-gerais das 12 empresas membro do SAPP e irá traçar o caminho a seguir para a realização do objectivo de integrar as redes regionais de produção e distribuição de energia. Vai analisar a situação actual de electricidade na região.
Abril 15-16, Moçambique	Southern Africa ICT 2015 A cimeira reunirá responsáveis políticos, reguladores e líderes da indústria para partilhar conhecimento, rede e desenvolver estratégias sobre as melhores práticas. A reunião terá como foco a implantação de soluções de TIC para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da África Austral e capacitá-los para mostrar seus conhecimentos e habilidades.
30, Zimbabwe	Cimeira Extraordinária da SADC sobre Industrialização Na sequência do convite por líderes da SADC na sua Cimeira de 2014 para priorizar a industrialização na agenda de integração económica regional, a região vai realizar uma cimeira especial para discutir um quadro para o reforço da capacidade industrial na África Austral.
30, Tanzania	Referendo constitucional na Tanzânia Tanzanianos votarão num referendo para decidir sobre uma nova Constituição, que irá substituir a que vigora desde 1977. Entre outras disposições, a nova Constituição estabelece um limite de quantos ministros do Governo podem ser nomeados pelo presidente, introduz o princípio de paridade de género representação no parlamento, e dá às mulheres o direito de propriedade da terra em pé de igualdade com os homens.

3 Fevereiro e 4 Fevereiro

Datas para recordar e reflectir

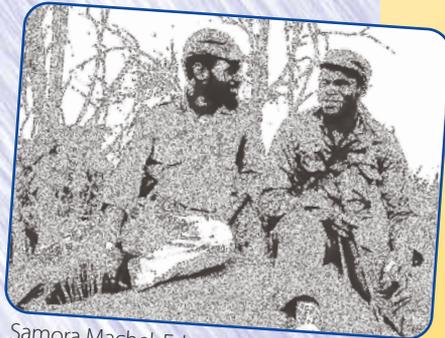
Moçambique celebra Dia dos Heróis

03 DE Fevereiro é o Dia dos Heróis em Moçambique e serve para comemorar a morte do fundador e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Eduardo Mondlane.

Mondlane foi assassinado a 3 de Fevereiro de 1969 por uma carta armadilhada enviada pela polícia de segurança portuguesas e entregue a ele em Dar-es-Salaam, na Tanzânia.

A data é comemorada todos os anos em Moçambique como o Dia Heróis.

O feriado serve para honrar as vidas de soldados tombados, homens e mulheres que lutaram com bravura para a independência do País em 1975 e aqueles que têm contribuído para o desenvolvimento pós-independência de Moçambique.



Samora Machel, Eduardo Mondlane

O dia é um feriado comemorado com desfiles e com discursos de vários grupos políticos a fim de apoiar a igualdade para todos os cidadãos de Moçambique.

A principal festa é realizada na Praça dos Heróis, perto do aeroporto internacional de Maputo.

No centro da praça há um monumento em forma de estrela de mármore branco onde está depositado o corpo de Mondlane, bem como o primeiro Presidente do País, Samora Machel, e outros heróis da luta de libertação.

As celebrações do 3 de Fevereiro deste ano, são as primeiras a ser presidida pelo Presidente recém-eleito, Filipe Nyusi, nascido três anos antes Frelimo ter sido formada a partir de três outros movimentos, em 1962, e ele foi criado no movimento de libertação nacional que ganhou a independência do domínio colonial Português.

A Tanzânia serviu de abrigo para refugiados moçambicanos e uma base de retaguarda para os guerrilheiros da Frelimo, incluindo treinamento e equipamentos, bem como hospedagem do Comité de Libertação da Organização de Unidade Africana.

Nyusi apelou a todos os moçambicanos a valorizar o legado de Mondlane e outros que sacrificaram as suas vidas para um Moçambique independente e soberano. □



Angola comemora o início da luta armada

04 DE Fevereiro é uma data importante na história de Angola, e é comemorada como o início da luta armada de libertação nacional de Portugal. Este foi um marco na luta contra a colonização Africana que eventualmente trouxe a independência a Angola a 11 de Novembro de 1975.



Agostinho Neto

Na madrugada de 04 de Fevereiro de 1961, um grupo de homens e mulheres armados de paus, catanas e outras armas atacaram as prisões de São Paulo e Casa da Reclusão, em Luanda, para libertar prisioneiros que haviam sido condenados a morte pelo regime colonial.

A resposta foi brutal com acção repressiva em todo o país. As prisões, torturas e assassinatos deste período levou alguns nacionalistas, como o Presidente fundador de Angola, Dr. Agostinho Neto, a organizarem-se para a luta de libertação.

O Seu partido, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), havia sido criado em 1956 com o objectivo de libertar Angola da repressão.

O MPLA foi chamado para a resistência contra o domínio colonial e independência para o país, e trabalhou para isso durante os próximos 20 anos.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro – Abril 2015

1 Fevereiro	Dia da abolição da escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	<i>Thaipoozam Cavadee</i>	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
16 Fevereiro	Dia de Carnaval	Angola
17 Fevereiro	<i>Maha Shivaratree</i>	Maurícias
19 Fevereiro	Festival Chinês da Primavera	Maurícias
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
8 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
	<i>Ougadi</i>	Maurícias
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
3 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue
4 Abril	Páscoa/Sábado Santo	Seychelles, Zâmbia
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia da Mulher	Moçambique
	Segunda Feira de Páscoa	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue
7 Abril	Dia do <i>Sheik Abeid Karume</i>	Tanzânia
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabue
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da união	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul